

mercado crédito

Mercado Crédito - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 37.679.449/0001-38

Demonstrações Financeiras - Semestre Findo em 31/12/2022 e Exercícios Findos em 31/12/2022 e de 2021 (Valores em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração

Em atendimento à resolução nº 02/2020 do Banco Central do Brasil ("BACEN"), a Administração do Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia" ou "Mercado Crédito SCFI S.A.") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2022. A criação do Mercado Crédito SCFI S.A. tem por objetivo oferecer crédito por meio digital aos comerciantes e consumidores do Mercado Livre e usuários da Instituição de Pagamento Mercado Pago, utilizando a sinergia das plataformas existentes do marketplace e meios de pagamentos. Esta solução é utilizada tanto para as operações realizadas no domínio MercadoLivre.com (online) como para outras plataformas de e-commerce (off-line). A Administração reforça a oportunidade de democratizar o acesso ao crédito no país e ao comércio eletrônico através da oferta de produtos que busque complementar seus negócios, expandir o relacionamento e melhorar ainda mais a experiência de seus clientes provendo inclusão financeira de forma rápida, eficiente e segura. A vantagem competitiva da Companhia está no marketplace Mercado Livre e a plataforma de pagamentos do Mercado Pago que formam um ecossistema maduro, de porte e com um número significativo de usuários (empresas e pessoas), fortalecendo o engajamento dos clientes e trazendo soluções financeiras de ponta a ponta. O plano de negócio da Mercado Crédito SCFI S.A. prevê constante crescimento no volume de transações realizadas, bem como a possibilidade de lançamento de novos produtos. Em 09 de novembro de 2020, a Companhia recebeu a autorização do BACEN para atuar como sociedade de crédito, financiamento e investimento de acordo com a publicação no Diário Oficial da União. A Administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de fazer frente a todas as suas obrigações e executa suas operações conforme os objetivos estratégicos estabelecidos no plano de negócios da companhia. Permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Osasco, 27 de março de 2023.

Balancos Patrimoniais		Notas	31/12/22	31/12/21	Demonstração do Resultado			
					2º Semestre			
					Notas	2022	31/12/22	31/12/21
ATIVO								
Disponibilidades	4		2.590	1.211				
Instrumentos financeiros			7.204.170	4.031.977				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4		297.839	163.102				
Títulos e valores mobiliários	5		4.743.393	3.897.062				
Operações de crédito	6		1.576.455	303.916				
Outros Ativos a Receber	7		586.483	177.957				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(1.105.877)	(123.427)					
Outros créditos			65.059	18				
Impostos e contribuições a compensar			65.059	18				
Ativos fiscais diferidos	13		340.597	49.740				
TOTAL DO ATIVO			6.506.539	3.959.518				
PASSIVO								
Instrumentos financeiros			5.969.339	3.830.863				
Depósitos	8		5.199.860	3.265.379				
Recursos de Ações e Emissão de Títulos	8		588.406	515.919				
Outros passivos diversos	9.a		181.073	49.565				
Outras obrigações	9.b		7.783	12.423				
Impostos e contribuições a recolher			7.783	12.423				
Obrigações fiscais diferidas	13		120	46				
TOTAL DO PASSIVO			5.977.242	3.843.332				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	10		1.015.000	165.000				
Capital social			1.115.000	165.000				
Capital social a realizar			(100.000)	-				
Outros resultados abrangentes			179	67				
Prejuízos acumulados			(485.882)	(48.880)				
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			529.297	116.186				
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			6.506.539	3.959.518				

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia" ou "SCFI") é uma sociedade anônima fechada inscrita no CNPJ 37.679.449/0001-38. A Companhia tem sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 3.003, Parte G, Bonfim, CEP 06233-903 e pode, por deliberação da diretoria, criar, transferir ou encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior, em conformidade com a legislação aplicável. A Companhia tem por objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas pelas leis e demais normas aplicáveis as entidades do seu escopo, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O plano de negócio da SCFI é oferecer crédito de forma digital para pessoas jurídicas e pessoas físicas que já sejam usuárias da plataforma de marketplace do Mercado Livre e da instituição de pagamento Mercado Pago. Basicamente, a oferta de crédito para tais clientes será feita em duas modalidades: capital de giro e crédito direto ao consumidor. O prazo de duração do crédito é indeterminado. A Companhia terá como controlador final a Mercado Livre INC, sediada nos Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ 058.233.0001-85. A Companhia foi constituída em 24 de abril de 2020 e, em 09 de novembro de 2020, a autorização para atuar como instituição de crédito, financiamento e investimento, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Desta forma, em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras de acordo com os critérios determinados pelo BACEN. A Companhia registrou prejuízo líquido no exercício findo em 2021 e 2022, entretanto, a entidade opera no contexto operacional do conglomerado Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. formando parte do conjunto de decisões estratégicas do Grupo MercadoLivre INC. A Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. demonstra capacidade operacional em gerar fluxo de caixa positivo nos respectivos exercícios findos. 2. **Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais foram em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN"), quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e os pronunciamentos contábeis aprovados pelo BACEN. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração elabore estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros, não financeiros e outros itens transacionais, tais como: i) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; ii) provisão para créditos; e iii) reconhecimento de créditos tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na resolução do BACEN nº 3.068/2001 e a apresentação dos ativos e passivos é feita em moeda corrente por ordem de liquidez e exigibilidade. A segregação de circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração em 27 de março de 2023. 3. **Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: a) **Auração do resultado:** O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento. b) **Ativos e passivos:** Os ativos e passivos são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. c) **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas: Negociação, classificação-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativamente negociados. Por isso, são apresentados no Ativo Circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado; • Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizadas em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido; e • Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os débitos no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no Resultado como perdas realizadas. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários e derivativos é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela SCFI, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001. d) **Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis. Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a ou a entidades possa ter acesso na data de mensuração. Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto por preços cotados incluídos no Nível 1. Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de objeto na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo. e) **Operações de crédito:** A carteira de crédito inclui as operações de crédito com características contábeis consistentes com o conceito de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados por rata na data de balanço. f) **Provisão para créditos:** A análise da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações concedidas pela SCFI é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso, de forma individual ou coletiva, estabelecida na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de mercado, conforme sua experiência. g) **Depósitos:** Os depósitos e recursos de ações e emissão de títulos são reconhecidos com base em seu valor inicial, acrescidos dos juros e encargos financeiros incorridos até a data do balanço, calculados em base "pro rata temporis". h) **Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma: • Ativos contingentes: são passivos ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido; • Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurável com confiabilidade, deve ser reconhecida com uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Essas obrigações passivas também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração com base nas melhores estimativas, levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhecem uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui valores de contingências. i) **Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** • Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real. • Diferidos: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporariamente, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que os tributos futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Capital		Outros		Prejuízo	
		Notas	Capital Realizado	Social a Realizar	Resultados Abrangentes	Acumulado	Total
			40.000	-	-	(55)	39.945
Saldo em 31 de Dezembro de 2020			-	-	-	67	-
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos			-	-	-	-	-
Aumento de capital e a realizar	10		125.000	-	-	-	125.000
Prejuízo do exercício			-	-	-	-	(48.825)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021			165.000	-	-	67	116.187
Saldo em 31 de Dezembro de 2021			165.000	-	-	67	116.187
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos			-	-	-	112	-
Aumento de capital e a realizar	10		950.000	(100.000)	-	-	850.000
Prejuízo do exercício			-	-	-	-	(437.002)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022			1.115.000	(100.000)	-	179	485.882
Saldo em 30 de Junho de 2022			465.000	-	-	227	233.855
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos			-	-	-	(48)	-
Aumento de capital e a realizar	10		650.000	(100.000)	-	-	550.000
Prejuízo do semestre			-	-	-	-	(254.510)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022			1.115.000	(100.000)	-	179	485.882

Demonstração do Resultado Abrangente 2º Semestre		Demonstrações dos Fluxos		2º Semestre	
		2022	31/12/22	31/12/22	31/12/21
		(254.510)	(437.002)	(254.510)	(437.002)
Prejuízo do semestre e exercício					
Outros resultados abrangentes					
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado					
Resultado de avaliação a valor justo	(48)	112	67		
Prejuízo do exercício					
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	(80)	181	113		
Imposto sobre valor justo dos títulos disponíveis para venda	32	(69)	(46)		
Variação de outros resultados abrangentes	(48)	112	67		
Resultado abrangente líquido do semestre e exercício		(254.558)	(436.890)	(48.759)	

Até 3 De 3 meses		Acima de 3 meses		Total	
Até 3 De 3 meses		Acima de 3 meses		Total	
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI (i)	131.122	-	-	131.122	
Certificado Depósito Bancário - CDB (ii) (iv)	1.490.804	1.637.890	5.563	3.134.257	
Letra Financeira - LF (iii)	-	-	5.519.919	5.519.919	
Total	1.621.926	1.637.890	5.525.482	7.785.297	
(i) Em 31 de dezembro de 2022, os certificados de depósitos interfinanceiros são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) de 105,31% a.a. (ii) Em 31 de dezembro de 2022, os certificados de depósitos bancários pós-fixados são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) que variam entre 97% a 160% a.a. e ao índice de preço ao consumidor amplo (IPCA) mais taxa nominal pré-fixada que varia entre 5,25% a 7,15%. Os certificados de depósitos pré-fixados, as taxas de juros variam entre 11,35% a 15% a.a. (iii) Em 31 de dezembro de 2022, as letras financeiras são indexadas a 100% do percentual da taxa referencial de juros (DI) mais taxa nominal pré-fixada que varia de 0,95% a 1,1% a.a. (iv) Em 31 de dezembro de 2022, a Mercado Crédito possui emissão de CDB no montante de R\$1.044 com parte relacionada. Vide nota 14.					

9. Outras Obrigações e Passivos		31.12.2022		31.12.2021	
a) Diversas		179.824	45.959		
Valores a pagar de sociedades ligadas (i)		1.249	3.435		
Credores diversos - país		49.997	172		
Provisão para pagamentos a efetuar		181.073	49.565		
b) Fiscais e previdenciárias					
Impostos e contribuições a recolher		7.783	12.423		
Total		368.873	60.993		
c) Total de outras obrigações e passivos		168.856	61.988		
(i) São constituídos por valores a pagar de curto prazo a entidades ligadas, substancialmente referente a repasse de liquidação da carteira de crédito. Vide nota 14.					

10. Patrimônio Líquido		31.12.2022		31.12.2021	
Ativo		1.115.000	165.000		
Capital social		1.115.000	165.000		
Capital social a realizar		-	-		
Outros resultados abrangentes		179	67		
Prejuízos acumulados		(485.882)	(48.880)		
Total		1.115.000	165.000		

Mercado Crédito Holding		50,01%		55,71%		50,01%		82,516%	
		50,01%		55,71%		50,01%		82,516%	
Mercadotag, LLC		50,01%	55,71%	50,01%	55,71%	50,01%	55,71%	50,01%	55,71%
Total		100%	115,000%	100%	165,000%	100%	165,000%	100%	165,000%
Em AGE de 29 de setembro de 2021, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$40.000 mediante a emissão de 40.000 ações. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 21 de outubro de 2021. Em AGE de 29 de novembro de 2021, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$85.000 mediante a emissão de 85.000 ações. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 23 de dezembro de 2021. Em AGE de 24 de fevereiro de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$300.000 mediante a emissão de 300.000 ações. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 11 de março de 2022. Em AGE de 05 de julho de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$1.015.000 e R\$100.000 subscrito e a serem integralizados em até 12 meses. São assim distribuídas:									

Mercado Crédito Holding		50,01%		55,71%		50,01%		82,516%	
		50,01%		55,71%		50,01%		82,516%	
Mercadotag, LLC		50,01%	55,71%	50,01%	55,71%	50,01%	55,71%	50,01%	55,71%
Total		100%	115,000%	100%	165,000%	100%	165,000%	100%	165,000%
Em AGE de 29 de setembro de 2021, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$40.000 mediante a emissão de 40.000 ações. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 21 de outubro de 2021. Em AGE de 29 de novembro de 2021, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$85.000 mediante a emissão de 85.000 ações. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 23 de dezembro de 2021. Em AGE de 24 de fevereiro de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$300.000 mediante a emissão de 300.000 ações. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 11 de março de 2022. Em AGE de 05 de julho de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$1.015.000 e R\$100.000 subscrito e a serem integralizados em até 12 meses. São assim distribuídas:									

11. Resultado Bruto da Intermediação Financeira		31.12.2022		31.12.2021	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		571.089	99.925		
Rendas de operações de crédito		744.689	59.915		
Despesas com juros e similares (i)		(810.647)	(106.983)		
Provisão para perdas associadas a operações de crédito		(982.450)	(123.427)		
Total		(477.319)	(70.570)		
(i) Em 31 de dezembro de 2022, as despesas com o Fundo Garantidor de Crédito são no montante de R\$ 23.750.					

12. Outras Recargas/Despesas Operacionais:		31.12.2022		31.12.2021	
a) Outras despesas administrativas:		(941)	(722)		
Despesa com processamento de dados (i)		(1.036)	(618)		
Despesa com serviços técnicos especializados		(241)	(26)		
Outras despesas administrativas		(2.218)	(1.068)		
(i) Trata-se especificamente de licenças e manutenção com sistemas de processamento de dados.					

13. Imposto de Renda e Contribuição Social		31.12.2022		31.12.2021	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		571.089	99.925		
Rendas de operações de crédito		744.689	59.915		
Despesas com juros e similares (i)		(810.647)	(106.983)		
Provisão para perdas associadas a operações de crédito		(982.450)	(123.427)		
Total		(477.319)	(70.570)		
(i) Em 31 de dezembro de 2022, as despesas com o Fundo Garantidor de Crédito são no montante de R\$ 23.750.					

14. Partes Relacionadas		31.12.2022		31.12.2021	
Saldo do IRPJ e da CSLL diferidos		194.899	5.387	20.996	44.495
Saldo do IRPJ e da CSLL diferidos		194.899	5.387	20.996	44.495
Saldo do IRPJ e da CSLL diferidos		194.899	5.387	20.996	

★ continuação

Mercado Crédito - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Retoria

Tiago Azevedo - Responsável Legal

Gabriel Parreira Faustino da Silva - Contador CRC-1SP301017/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas do Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. São Paulo.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria do exercício anterior: As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores

independentes, sobre o qual foi emitido relatório de auditoria sem modificações, em 29 de março de 2022. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os

responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2023



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O
Rui Borges
Contador - CRC-1SP207135/O

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>